

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO
2010

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Sociedade, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.
A Afluente Geração em 2010 registrou resultado operacional de R\$ 9 milhões, sendo o primeiro resultado após a cisão. Por outro lado, o resultado financeiro positivo (exceto juros sobre o capital próprio) foi de R\$ 1 milhão. Com isso, o lucro líquido em 2010 foi de R\$ 7 milhões.
Vale ressaltar que as demonstrações financeiras apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB (conhecido como IFRS) e consubstanciado na Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir do exercício findo em 2010.
A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do país, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal.
Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1 HISTÓRICO

A Afluente-G é resultado da conclusão do processo de desverticalização dos ativos de geração e transmissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, distribuidora de energia elétrica também controlada pela Neoenergia. Esse processo foi determinado pelo Poder Concedente, que definiu que as empresas de distribuição devem ter em seus balanços somente os ativos destinados para este fim, e foi finalizado em setembro de 2005 com a criação da Afluente. Posteriormente, as ações dessa empresa foram transferidas para a Neoenergia, sem prejuízo aos acionistas da Coelba.
A Afluente-G é composta por duas Usinas Hidrelétricas (UHEs) denominadas de Usina Presidente Goulart e Usina Alto-Fêmeas, ambas localizadas no Estado da Bahia na divisa com Goiás.
A Usina Presidente Goulart, localizada no Rio Corrente no município de Correntina gera energia elétrica através de duas unidades geradoras com capacidade nominal de 4 MW cada uma.
A Usina Alto-Fêmeas, localizada no Rio das Fêmeas no município de São Desidério gera energia elétrica através de três unidades geradoras com capacidade nominal de 3,3 MW cada uma.
Ao todo, estas usinas possuem capacidade nominal de 17,9 MW, e o último reajuste das tarifas foi autorizado através da Resolução ANEEL nº 2010, para R\$ 139,33/MWh.
Em 20 de dezembro de 2010, foi assinado o Contrato de Concessão nº 002/2010 da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.
Em dezembro/2009 a Afluente-G recebeu a conclusão do estudo técnico, com a entrega das especificações técnicas, pela empresa Reivax, para a modernização das PCH Alto-Fêmeas e Correntina, com destaque para a potencialização da PCH Correntina, sendo isto possível com a troca dos geradores de 4,0 para 6,0MW, cada. Todavia a Afluente G no final de 2010 contratou novo Estudo através do Grupo Energia, agora para efetuar Estudo Hidrológico e Energético nas 2 PCHs no intuito de obter uma avaliação mais abrangente com relação à possibilidade de recapacitação das 2 plantas. O início deste Estudo está programado para 2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 e de 1º de janeiro de 2009 (R\$ Mil)

ATIVO	Notas	31/12/10			31/12/09			01/01/09		
		(representação)	(representação)	(representação)	(representação)	(representação)	(representação)	(representação)	(representação)	
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.074	8.105	23.229						
Contas a receber de clientes e outros	5	4.869	2.436	6.334						
Impostos e contribuições a recuperar	6	800	166	242						
Estoques		-	-	214						
Recebeíveis de concessão de serviço público	7	-	-	29.752						
Despesas pagas antecipadamente		36	105	117						
Outros créditos		315	-	19						
TOTAL DO CIRCULANTE		10.094	10.812	59.907						
NÃO CIRCULANTE										
Recebeíveis de concessão de serviço público (indenização)	7	5.825	5.705	17.633						
Impostos e contribuições a recuperar	6	51	51	51						
Intangível	8	34.393	34.937	34.003						
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		40.269	40.693	51.687						
TOTAL DO ATIVO		50.363	51.505	111.594						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 (R\$ Mil)

Saldo em 1º de janeiro de 2009, antes dos ajustes	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
Ajustes de adoção inicial - mudança de prática contábil	94.000	4.990	-	(4.451)	14.658	96.990
Saldo em 1º de janeiro de 2009 (reapresentado)	94.000	4.990	-	(4.451)	14.658	109.197
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.389	-	30.389
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(6.062)	-	(6.062)
Dividendos intermediários	-	-	-	(9.598)	-	(9.598)
Aprovação dos dividendos adicionais	-	-	-	-	(14.658)	(14.658)
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	-	-	(11.198)	11.198	-
Acervo líquido vertido	(63.084)	(1.085)	-	-	-	(64.169)
Complemento de cisão - ajustes de adoção inicial sobre acervo líquido vertido	-	-	2.333	-	(7.900)	(5.567)
Reserva legal	-	1.414	-	-	-	1.414
Saldo em 31 de dezembro de 2009 (reapresentado)	30.916	5.319	-	7.401	3.298	39.533
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.401	-	7.401
Destinações:						
Reserva legal	-	370	-	-	-	370
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.087)	-	(1.087)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.758)	-	(1.758)
Aprovação dos dividendos adicionais	-	-	-	-	(3.298)	(3.298)
Proposta de distribuição de dividendos adicional	-	-	-	(4.186)	4.186	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	30.916	5.689	-	4.186	4.186	40.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (Informação Adicional Não Auditada) (Em milhares de reais)

1 - BASE DE CÁLCULO	2010				2009			
	R\$ mil	FPB	RL	VAT	R\$ mil	FPB	RL	VAT
Receita Operacional Líquida (ROL)	20.376	-	-	-	53.299	-	-	-
Resultado Operacional (RO)	9.161	-	-	-	38.765	-	-	-
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	12.954	-	-	-	1.341	-	-	-
Valor Adicionado Total (VAT)	12.954	-	-	-	49.659	-	-	-
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	FPB	RL	VAT	R\$ mil	FPB	RL	VAT
Encargos sociais compulsórios	20	1,49	0,04	0,04	72	5,37	0,14	0,14
Saúde	6	0,45	0,01	0,01	52	3,88	0,10	0,10
Alimentação	23	1,72	0,04	0,05	45	3,36	0,08	0,09
Transporte	2	0,15	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Previdência Privada	63	4,70	0,12	0,13	3	0,22	0,01	0,01
Participação nos lucros	2	0,15	0,00	0,00	112	8,35	0,21	0,23
Educação	116	8,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total - Indicadores sociais internos	116	8,65	0,22	0,23	284	21,18	0,53	0,57
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (1)	R\$ mil	FPB	RL	VAT	R\$ mil	FPB	RL	VAT
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	1.929	1.057,14	9,47	14,89	9.254	690,08	17,36	18,64
Total - Indicadores sociais externos	1.929	1.057,14	9,47	14,89	9.254	690,08	17,36	18,64
4 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (1)	Nº de empregados(as) ao final do período							
Nº de empregados durante o período	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de desligamentos durante o período	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados(as) terceirizados	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de estagiários (as)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados por faixa etária, no seguintes intervalos menores de 18 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
de 18 a 35 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
de 36 a 60 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
acima de 60 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos	-	-	-	-	-	-	-	-
com ensino fundamental	-	-	-	-	-	-	-	-
com ensino médio / técnico	-	-	-	-	-	-	-	-
com ensino superior	-	-	-	-	-	-	-	-
pós-graduados	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-	-	-	-	-	-	-	-
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de homens que trabalham na empresa	-	-	-	-	-	-	-	-
% de cargos de chefia ocupados por homens	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	-	-	-	-	-	-	-	-
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração bruta segregada por:	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregados	-	-	-	-	-	-	-	-
Administradores	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL (1)	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa							
Número total de acidentes de trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	()	()	()	()	(X)	()	()	()
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: (salubridade não aplicável. Resposta apenas sobre as normas de segurança)	()	()	()	()	(X)	()	()	()
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	()	()	()	()	(X)	()	()	()
A participação nos lucros ou resultados contempla:	()	()	()	()	()	()	()	()
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	()	()	()	()	()	()	()	()
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	()	()	()	()	()	()	()	()
Número de processos trabalhistas:	-	-	-	-	-	-	-	-
movidos contra a entidade	-	-	-	-	-	-	-	-
juizados procedentes	-	-	-	-	-	-	-	-
juizados improcedentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça:	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor adicionado total à distribuir (em mil R\$)	2010	40,21% governo	1,46% colaboradores(as)	12,954	2009	37,51% governo	2,82% colaboradores(as)	49,659
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	57,10 % acionistas	2,01 % terceiros	-	-	56,49 % acionistas	0 % terceiros	2,97 % retido	-
(1) Informações não examinadas pelos Auditores Independentes	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desse modo, além da contabilidade societária estabelecida pela Lei 6.404/76, a Companhia também deverá realizar registros e demonstrativos contábeis para atender ao órgão regulador, os quais serão auditados e publicados para fins de consulta pública no site eletrônico da ANEEL.

Dados Econômico-Financeiros	2009	2010	2010/2009
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	60.068	22.990	-62%
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	53.299	20.376	-62%
EBITDA (R\$ mil)	41.316	11.488	-72%
Lucro antes Result. Financeiro e Impostos (R\$ mil)	38.765	9.161	-76%
Resultado Financeiro (R\$ mil)	3.046	1.252	-59%
Lucro Líquido (R\$ mil)	30.389	7.401	-76%
Ativo Total (R\$ mil)	51.505	50.363	-2%
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	39.533	40.791	3%

A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2009	2010
Lucro Líquido	30.389	7.401
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	11.422	3.012
Resultado Financeiro	(3.046)	(1.252)
Depreciação e Amortização	2.511	2.327
EBITDA	41.316	11.488

6 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Após a cisão parcial da Companhia, o capital social subscrito e integralizado, de R\$ 30.916 milhões, é representado por 18,817 bilhões de ações, sendo 10,930 bilhões ordinárias (ON) e 7,887 bilhões preferenciais (PN). Desse total 87,8% pertence à controladora Neoenergia, 8,5% ao grupo espanhol Iberdrola, 2,3% ao Fundo de Pensão PREVI e 1,4% aos demais acionistas.

7 AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, e de contratos de financiamentos, por um período de 2 (dois) anos, iniciado em abril de 2009. A Ernst & Young desde então não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor.

8 AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros dos Conselhos de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

Findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 (R\$ Mil)

	Nota	31/12/10	31/12/09
RECEITA BRUTA	15	22.990	60.068
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	16	(2.614)	(6.769)
RECEITA LÍQUIDA		20.376	53.299
CUSTO DO SERVIÇO	17	(9.585)	(12.900)
LUCRO BRUTO		10.791	40.399
Despesas gerais e administrativas	17	(1.630)	(1.634)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		9.161	38.765
Receita financeira		1.450	3.202
Despesa financeira		(198)	(156)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO		10.413	41.811
Imposto de renda e contribuição social:		(3.012)	(11.422)
Corrente	6	(3.012)	(11.422)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.401	30.389
LUCRO ATRIBUÍVEL A:</			

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES

Financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais

1 Informações Gerais

A Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ("Afluente-G" ou "Companhia", anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A.), companhia de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A., foi constituída em 31 de agosto de 2005, originalmente atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA no processo de deservilização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal, conforme estabelece a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e em atendimento a cláusula 12ª do Contrato de Concessão nº 010, firmado entre a COELBA e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 08 de agosto de 1997, bem como em atenção a Resolução Autrativa nº 306, de 05 de setembro de 2005, que anulou em sua versão patrimonial e consequente transferência das concessões de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

Em 15 de janeiro de 2009 a Companhia celebrou com a Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente-T", anteriormente denominada Imanisse Participações S.A.) Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica ("Reestruturação Societária"), anteriormente exercidas integralmente pela Companhia.

A cisão parcial e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T tiveram como data-base 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autrativa nº 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão, da Companhia, com a versão de todos os ativos de transmissão, descritos no Contrato de Concessão de Transmissão, e passivos a ele vinculados, para a Afluente-T.

Em 29 de dezembro de 2009 a Assembleia Geral Extraordinária da Afluente-G aprovou o Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, a redução do capital social da Afluente-G em R\$ 63.085, em virtude do acervo líquido vertido deduzido da parcela de reserva legal no montante de R\$ 1.085, e o novo objeto social da Companhia em virtude da cisão parcial.

Atualmente a Companhia tem por objeto social (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar sistemas de geração de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, (ii) atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de geração de energia pertencente ao Estado, à União ou ao Município, prestar serviços técnicos de sua especialidade; (iii) participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista; (iv) formar consórcios ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial; (v) explorar a concessão do Serviço Público de Geração.

O Protocolo de Justificação de Cisão Parcial da Companhia determina que todas as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial fossem diretamente alocadas e/ou apropriadas à Afluente-G ou à Afluente-T, conforme digam respeito, respectivamente às atividades de geração ou transmissão de energia elétrica. Conseqüentemente, em 21 de janeiro de 2010 foi emitido Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Afluente-G na data-base 29 de dezembro de 2009, detalhando o patrimônio líquido contábil da Afluente-G antes e após a cisão parcial dos seus ativos e passivos para a Afluente-T, bem como as variações patrimoniais posteriores à data-base da cisão parcial, após aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pela Administração da companhia cindida.

Adicionalmente, os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567 foram deduzidos do acervo líquido.

O acervo líquido cindido da Companhia e incorporado pela Afluente-T em 29 de dezembro de 2009 está demonstrado a seguir:

	Acervo líquido conforme práticas contábeis adotadas em 31/12/2009	Reclassificações	Ajustes de adoção inicial dos CPCs	Acervo líquido ajustado em 31/12/2009
			Débito	Crédito
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	28.014	-	-	28.014
Contas a receber de clientes e outros	5.629	-	-	5.629
Ativo indenizável (concessão) (a)	-	-	25.341	25.341
Estoques	214	-	-	214
Outros créditos	33	-	-	33
TOTAL DO CIRCULANTE	33.890	-	25.341	59.231
NÃO CIRCULANTE				
Ativo indenizável (concessão) (a)	-	-	12.110	12.110
Investimentos	101	-	-	101
Imobilizado	37.450	-	(37.450)	-
Intangível	2.334	-	-	2.334
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	39.885	-	12.110	12.211
TOTAL DO ATIVO	73.775	-	37.451	71.442
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Salários e encargos a pagar	170	-	-	170
Taxas regulamentares	92	75	-	167
Dividendos e juros sobre capital próprio (a)	8.868	-	(7.900)	968
Coligadas, controladas e controladoras	-	395	-	395
Outras contas a pagar	470	(470)	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE	9.600	-	(7.900)	1.700
NÃO CIRCULANTE				
Coligadas, controladas e controladoras	-	5	-	5
Outras contas a pagar	5	(5)	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5	-	-	5
ACERVO LÍQUIDO VERTIDO	64.170	-	-	-
Composição do acervo líquido vertido:				
Capital social	63.085	-	-	63.085
Reservas de lucros	1.085	-	-	1.085
Proposta de distribuição de dividendo adicional (a)	-	-	7.900	7.900
Lucro/prejuízo acumulado (a)	-	-	(2.333)	(2.333)
ACERVO LÍQUIDO VERTIDO	64.170	-	(2.333)	69.737
TOTAL DO PASSIVO	73.775	-	(10.233)	71.442

(a) Detalhamento dos ajustes relatados na nota 3 de Adoção Inicial.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se à energia elétrica comprada na CCEE.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 17 de março de 2011.

A Sociedade não possui outros resultados abrangentes. Dessa forma, a demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada em separado, pois equivale à demonstração do resultado do exercício.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

a) Receita de concessão

Receita de operação e manutenção
A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção de infraestrutura) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão (vide nota 7).

Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP) (vide nota 7).

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Um passivo fiscal diferido será reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal decorre de:

- reconhecimento inicial de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill);
- ou reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que: não é uma combinação de negócios; e no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido será reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo em uma transação que:

- não é uma combinação de negócios;
- e no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

São calculados com base nas alíquotas do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros.

a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

■ Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

■ Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

■ Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os benefícios e riscos relativos ao ativo, (b) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento de reconhecimento inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

a.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

■ Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros são:

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, com exceção das aplicações de curto prazo, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos do fornecimento de energia elétrica, ao contrato de prestação de serviços e ao aluguel de instalações. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

c) Recebíveis de concessão de serviço público (ativos de transmissão)

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final do contrato de concessão de serviço público (ICPC 01 - Contratos de Concessão e de Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão). O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos condicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

d) Recebíveis de concessão de serviço público indenização (ativos de geração)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão.

Os ativos financeiros disponíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a transição iniciada em 1º de janeiro de 2009.

Os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567, referente à redução em Lucros Acumulados de R\$ 2.333 e Dividendos Adicionais de R\$ 7.900 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no acervo líquido transferido à Afluente T e demonstrados no resultado auferido no decorrer de 2009 pela Companhia.

2.8 - Intangível

Compreende o direito de uso de infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão.

E avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor no ato de reposição.

Os registros de custos de aquisição e manutenção da Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos utilizando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa 8.b).

2.9 - Taxas regulamentares

■ Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação de serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético das Estações de Abastecimento de Energia Elétrica, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

Os programas de eficiência energética são definidos pela ANEEL para as concessionárias de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE) - Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.10 - Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Companhia. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.11 - Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos contratos. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a nova Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567, referente à redução em Lucros Acumulados de R\$ 2.333 e Dividendos Adicionais de R\$ 7.900 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no acervo líquido transferido à Afluente T e demonstrados no resultado auferido no decorrer de 2009 pela Companhia.

Os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a nova Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567, referente à redução em Lucros Acumulados de R\$ 2.333 e Dividendos Adicionais de R\$ 7.900 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no acervo líquido transferido à Afluente T e demonstrados no resultado auferido no decorrer de 2009 pela Companhia.

Os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a nova Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567, referente à redução em Lucros Acumulados de R\$ 2.333 e Dividendos Adicionais de R\$ 7.900 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no acervo líquido transferido à Afluente T e demonstrados no resultado auferido no decorrer de 2009 pela Companhia.

Os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a nova Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567, referente à redução em Lucros Acumulados de R\$ 2.333 e Dividendos Adicionais de R\$ 7.900 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no acervo líquido transferido à Afluente T e demonstrados no resultado auferido no decorrer de 2009 pela Companhia.

Os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a nova Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567, referente à redução em Lucros Acumulados de R\$ 2.333 e Dividendos Adicionais de R\$ 7.900 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no acervo líquido transferido à Afluente T e demonstrados no resultado auferido no decorrer de 2009 pela Companhia.

Os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a nova Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567, referente à redução em Lucros Acumulados de R\$ 2.333 e Dividendos Adicionais de R\$ 7.900 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no acervo líquido transferido à Afluente T e demonstrados no resultado auferido no decorrer de 2009 pela Companhia.

Os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida a nova Companhia em 29 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 5.567, referente à redução em Lucros Acumulados de R\$ 2.333 e Dividendos Adicionais de R\$ 7.900 foram contabilizados a título de complemento de cisão e estão apresentados para fins comparativos no acervo líquido transferido à Afluente T e demonstrados no resultado auferido no decorrer de 2009 pela Companhia.

Os efeitos decorrentes da adoção do novo conjunto de pronunciamentos contábeis sobre os ativos e passivos de transmissão de energia foram contabilizados no balanço de abertura da Afluente G em 1º de janeiro de 2009. Os impactos produzidos sobre a parcela cindida e vertida

...Continuação

• Reconhecimento das receitas de construção e custos de construção.
Para ativos de geração
• Bifurcação dos ativos na parcela corresponde aos bens consumidos na prestação de serviço durante o período de concessão classificados no intangível e na parcela de residual a receber do concedente no final da concessão.

b) Representação das ITRs de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas às normas de 2010.
Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	2009			2010		
Trimestre findo em:	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010
Patrimônio líquido publicado	104.166	107.609	105.825	37.654	40.457	41.322
Dividendos	14.710	-	-	3.268	-	-
ICPC 01	(584)	(1.167)	(1.750)	-	-	-
Patrimônio líquido rerepresentado	118.292	106.442	104.075	40.922	40.457	41.322
Resultado período findo em:	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010
Resultado publicado	5.176	6.535	9.298	1.419	2.802	1.410
ICPC 01	(584)	(583)	(583)	-	-	-
Resultado rerepresentado	4.592	5.952	8.715	1.419	2.802	1.410
Resultado trimestre findo em:	31/3/2009	30/6/2009	30/9/2009	31/3/2010	30/6/2010	30/9/2010
Resultado publicado	5.176	11.711	21.009	1.419	4.221	5.631
ICPC 01	(584)	(1.167)	(1.750)	-	-	-
Resultado rerepresentado	4.592	10.544	19.259	1.419	4.221	5.631

Essas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e depósitos bancários à vista	27	-	133
Aplicações financeiras de liquidez imediata:			
• Certificado de Depósito Bancário (CDB)	23	19	-
• Fundos de Investimento	4.024	8.086	23.096
Total	4.074	8.105	23.229

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou realização. As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As Contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Consumidores	1.184	-	6.334
Consumidores - Partes relacionadas (1)	3.685	2.436	-
Total Circulante	4.869	2.436	6.334

(1) Composição de valores a receber pelo fornecimento de energia para as empresas relacionadas com detalhamento em nota de saldos e transação com partes relacionadas.

	Saldos		Vencidos		Total	
	vencidos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Sector Público	-	-	23	23	-	395
Sector Privado	4.564	-	282	4.846	2.436	5.939
Total Circulante	4.564	-	305	4.869	2.436	6.334

6 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

• Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante				
Imposto de Renda - IR	(a)	-	45	153
Contribuição Social - CSLL	(a)	201	37	24
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	39	-	-
Programa de Integração Social - PIS		82	-	13
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		381	1	52
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		97	83	-
Total		800	166	242
Não-Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	51	51	51
Total		851	217	293

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados corresponde aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.
(b) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto da seguinte forma:
b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.
b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar.
• Impostos e Contribuições a Recolher

	Ref.	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Circulante				
Imposto de Renda - IR	(a)	1.238	6.587	144
Contribuição Social - CSLL	(a)	439	2.180	210
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	8	-	-
Programa de Integração Social - PIS		18	77	26
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		83	354	122
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		11	76	88
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		20	-	10
Imposto sobre Serviços - ISS		40	36	14
Outros		20	20	22
Total Circulante		1.877	9.330	636

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2010.

	Ref.	31/12/10	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social		10.413	10.413
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(1.087)	(1.087)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		9.326	9.326
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		2.330	839
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:			
(+) Adições			
• Multas Indedutíveis		2	1
• Outras Adições		1	-
Subtotal Adições		3	1
(-) Exclusões			
• Outras Exclusões		(162)	-
Subtotal Exclusões		(162)	-
Imposto de renda e contribuição social no período		2.171	840
Imposto de renda e contribuição social no resultado		2.171	840

(a) Regime tributário de transição
A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.
A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.
A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

7 RECEBÍVEIS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (INDENIZAÇÃO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem deve vender a energia gerada;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à capacidade de energia contratada entregue;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de fornecimento de energia ao mercado cativo.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;
 - (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 8); e
 - (c) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de direta ou indiretamente entregar caixa ou equivalentes de caixa. É mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição tarifária de cobrança (RAP) pelo uso da rede de transmissão, descontados a taxa efetiva de juros.
- A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue ao sistema (emissão do faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte com indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar esta tarefa.
Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Imobilizado	Intangível	Ativo Indenizável (Concessão)
Saldos originalmente publicados em 01/01/2009:	78.932	2.456	-
Bifurcação do ativo imobilizado e intangível de acordo com ICPC 01 e OCPC 05	(78.932)	31.547	47.385
Saldos representados de acordo com o OCPC 05	-	34.003	47.385

	Ref.	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Recebíveis de Concessão de Serviço Público Transmissão	(1)	-	-	-
Concessão de Serviço Público Indenização Transmissão	(2)	-	-	2
Ativo Indenizável de Geração	(3)	5.825	5.705	5.711
Total		5.825	5.705	47.385
Circulante		-	-	29.752
Não Circulante		5.825	5.705	17.633

(1) Valores de fluxo de caixa futuros projetados das tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP) e descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
(2) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão de ativos de transmissão.
(3) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão de ativos de geração.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim representada: Saldos em 1º de janeiro de 2009

Concessão de Serviço Público:	47.385
Recebimentos	(29.752)
Apropriação de juros	25.499
Adições	30
Ativo - transmissão vendidos na cisão	(37.451)
Baixas	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2009:	5.705

Saldos em 31 de dezembro de 2010:
A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

8 INTANGÍVEL

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Amortização	Valor	Amortização	Valor	Amortização	Valor
	Custo	acumulada	líquido	líquido	líquido	líquido
Em Serviço						
Direito de uso da concessão	73.970	(43.633)	30.337	31.459	34.003	-
Em Curso						
Direito de uso da concessão	4.056	-	4.056	3.478	-	-
Total	78.026	(43.633)	34.393	34.937	34.003	-

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado com uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

• Análise do valor de recuperação dos ativos
A Companhia avaliou o valor de recuperação do seu ativo em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
 - Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.
- O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

9 FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 é como segue:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Fornecedores			
Energia Elétrica:			
• Terceiros	107	3	-
Partes Relacionadas	3	8	97
Subtotal	110	11	97
Encargos de Uso da Rede	109	-	11
Materiais e Serviços	462	660	332
Total Circulante	681	671	440

10 SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Salários, Férias e 13º salário	82	-	142
Provisão PLR	143	-	-
Encargos sociais	1	-	33
Total Circulante	226	-	175

11 TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Reserva Global de Reversão - RGR	105	45	101
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	325	192	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	656	385	302
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	422	508	150
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	107	-	353
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	8	25	18
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional	-	-	-
Total	1.623	1.155	924
Circulante	1.516	1.155	924
Não Circulante	107	-	-

12 DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propositos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas da seguinte forma: O pagamento dos juros sobre o capital próprio está sendo considerado no cômputo do dividendo mínimo obrigatório.

O artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e da contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Os dividendos adicionais propostos pela Afluente G no montante de R\$ 11.198, foram aprovados pela Assembleia Geral Ordinária daquela Companhia em 30 de abril de 2010. Desse montante, o saldo de R\$ 7.900, foi vertido a Afluente T a título de dividendo adicional ao mínimo, juntamente com a parcela de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 968.

	Valor	Valor por ação		
Deliberação	Provento	ON	PNA	PNB
2010				
RCA de 30 de dezembro de 2010	JSCP 543	0,0279739927	0,0279739927	0,0307713820
RCA de 30 de setembro de 2010	JSCP 544	0,0280255102	0,0280255102	0,0308280612
AGO de 30 de abril de 2010	Dividendos 2009 11.198	0,5768736639	0,5768736639	0,6345610303
2009				
RCA de 18 de dezembro de 2009	JSCP 1.485	0,0765034608	0,0765034608	0,0841538069
RCA de 30 de setembro de 2009	JSCP 1.485	0,0765034608	0,0765034608	0,0841538069
Dividendos	Interim 2009 9.598	0,4944647923	0,4944647923	0,5439112715
RCA de 29 de junho de 2009	JSCP 3.092	0,1592920000	0,1592920000	0,1752210000
AGO de 31 de março de 2009	Dividendos 2008 14.658	0,751336134	0,751336134	0,8306469747
Total	30.318		31/12/10	31/12/09

	31/12/10
--	----------



...Continuação

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Geovanne Tobias Da Silva - Presidente
Gonzalo Pérez Fernandes - Vice-presidente

Titular
Jose Mauricio Pereira Coelho
Marcelo Maia de Azevedo Corrêa

Suplentes
Luciana Freitas Rodrigues
Mario José Ruiz-Tagle Larrain
Vinicius Balbino Bouhid
Lara Cristina Ribeiro Plau Marques

DIRETORIA EXECUTIVA

Enio Emílio Schneider
Diretor-Presidente

Erik da Costa Breyer
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Solange Maria Pinto Ribeiro
Diretoria de Regulação

Paulo Roberto Dutra
Diretor de Planejamento e Controle
Lady Batista de Moraes
Diretora de Gestão de Pessoas

CONTADORA

Claudia Almeida Santos Franqueira - CRC MG-068369/O-0-T-RJ

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2010, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas e balanço social, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, Ernst & Young, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Afluente Geração de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Afluente Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB, e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4